



4 Caixa e equivalentes de caixa

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Caixa e equivalentes de caixa.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Aplicações interfinanceiras de liquidez.

6 Títulos e valores mobiliários

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Títulos e valores mobiliários.

7 Instrumentos financeiros e derivativos

As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram a divulgação em nota explicativa às demonstrações financeiras do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.

8 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e de acordo com as normas da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Operações de crédito.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Saldo no início do período.

cional, o Banco mantém acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, firmado com Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, cujas posições no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2015 podem ser assim sumarizadas:

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Posição ativa and Posição passiva.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Certificados de Depósitos Interfinanceiros.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI.

físicas restringem-se, basicamente, a garantias fidejussórias. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12 (Depósitos), parte da carteira de operações de crédito consignado, no montante de R\$2.361 mil (valor presente R\$1.789 mil) está garantida, mediante Instrumento de Cessão Fiduciária em Garantia, captação de recursos na modalidade de Depósitos a Prazo.

9 Créditos tributários

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contri-

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Créditos tributários.

buição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. Os créditos tributários foram reconhecidos conforme Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, com as modificações introduzidas pela Resolução nº 3.355, de 31 de setembro de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, e encontram-se registrados na rubrica "Outros Créditos", conforme Nota Explicativa nº 10 ("Outros créditos"), podendo ser demonstrados sinteticamente na seguinte forma:

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Saldo de créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Saldo de créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Saldo de créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Saldo de créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Saldo de créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Saldo de créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Saldo de créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Saldo de créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Saldo de créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Saldo de créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Saldo de créditos tributários.

Table with columns for 30.06.2015 and 30.06.2014, showing financial data for Saldo de créditos tributários.

Isso acarreta uma maior atratividade devido ao ganho das operações ser realizado no momento da liquidação da operação podendo remunerar a cadeia de distribuição de Agentes Autônomos de Investimentos (AAI). Esse mecanismo é utilizado por várias instituições financeiras, se tornando praxe no mercado financeiro.

13 Recursos de aceites e emissão de títulos
O saldo da conta "Recursos de aceites e emissão de títulos", no Circulante e no Não Circulante, está segregado por:

Table with columns for Circulante and Não Circulante for 30.06.2015 and 30.06.2014. Rows include De pessoas ligadas, De pessoas físicas, De institucionais, Total.

Os recursos de aceites e emissão de títulos são compostos, em sua totalidade por Letras de Crédito Imobiliário (LCI) emitidos pelo próprio Banco.

14 Outras obrigações
O saldo do grupoamento "Outras obrigações", no Circulante e no Não Circulante, está composto por:

Table with columns for Circulante and Não Circulante for 30.06.2015 and 30.06.2014. Rows include Cobrança e arrecadação de tributos, Fiscais e previdenciárias (i), Diversos, etc.

(i) A rubrica "Fiscais e previdenciárias" pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

Table showing Depósitos Judiciais and Provisão para Riscos Fiscais for 30.06.2015 and 30.06.2014.

(ii) Provisões para passivos contingentes

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas e provisões para operações de crédito com coobrigação, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Table showing Provisão para operações de crédito com coobrigação for 30.06.2015 and 30.06.2014.

(i) Provisão para operações de crédito com coobrigação
Na composição da rubrica "Provisão para passivos contingentes" está contido o provimento complementar de operações de crédito cedidas com coobrigação, cuja constituição está de acordo com os critérios determinados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/1999, em que a classificação de risco de crédito considera a operação de crédito independentemente de sua situação, qual seja, carteira ativa e/ou carteira cedida. No semestre, encontra-se registrada como parte integrante de "Outras receitas (despesas) operacionais" uma reversão líquida da mencionada provisão no montante de R\$340 mil (R\$1.539 mil em 2014).

Table showing Contingências judiciais for 30.06.2015 and 30.06.2014.

Table showing Movimentações do semestre for 30.06.2015 and 30.06.2014.

Table showing Movimentações do semestre for 30.06.2014 and 30.06.2015.

(iii) A composição da rubrica "Credores diversos - País" pode ser resumida da seguinte forma:

Table showing Cobrança a liquidar, Recebimentos de créditos cedidos, Contratos de operações de crédito a liberar, etc. for 30.06.2015 and 30.06.2014.

15 Patrimônio líquido
a. Capital social
O capital social é de R\$119.896 mil (R\$119.896 mil em 2014), representado por 75.896 mil ações ordinárias nominativas e 75.896 mil ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

b. Reservas
A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, bem como pela reserva de retenção de lucros. O lucro do exercício foi absorvido pelos prejuízos acumulados.

Table showing Fiscais e previdenciárias for 30.06.2015 and 30.06.2014.

(\* Provisões para riscos fiscais:
O provimento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, em 30 de junho de 2015, equivale a R\$8.134 mil (R\$6.707 mil em 2014), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 10 - Outros créditos.

Parte do posicionamento no total de R\$1.661 mil, trata-se do Processo de Impugnação dos autos de infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência da Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada).

Table showing Provisão para Riscos Fiscais for 30.06.2015 and 30.06.2014.

Table showing Provisão para Riscos Fiscais for 30.06.2015 and 30.06.2014.

Provisão para operações de crédito com coobrigação

Table showing Níveis de risco... for 30.06.2015 and 30.06.2014.

(ii) Provisão para riscos cíveis e trabalhistas
Adicionalmente, também compõe a rubrica "Provisão para passivos contingentes" o provimento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, cuja composição pode ser resumida na forma seguinte:

Table showing Provisão para operações de crédito com coobrigação for 30.06.2015 and 30.06.2014.

Table showing Provisão para Contingências for 30.06.2015 and 30.06.2014.

Table showing Provisão para Contingências for 30.06.2015 and 30.06.2014.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, 10% do lucro líquido ajustado pela diminuição ou acréscimos dos valores especificados nos Itens I, II e III do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações 6.404/1976, serão destinados ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e ou juros sobre capital próprio que já tenham sido declarados.

16 Gestão de riscos e capital
O Banco vem disseminando ao longo dos últimos anos a importância do gerenciamento de riscos e de capital na gestão de seus negócios, visando à sustentabilidade e a transparência de sua informações que contribuem para o fortalecimento do mercado financeiro e das relações com seus acionistas e as partes interessadas.

a) Risco de Crédito
O "Risco de Crédito" decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados; à desvalorização de contratos de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; à redução de ganhos ou remunerações; às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, conforme art. 2º da Resolução nº 3.721/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

tucional em níveis aceitáveis, estão devidamente formalizados na "Política de Gerenciamento de Risco de Crédito", a qual é revisada no mínimo anualmente pelo Conselho de Administração.

b) Risco de Liquidez

O "Risco de Liquidez" é definido como a possibilidade de uma instituição não ser capaz de honrar efetivamente com suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como, a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume geralmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade em relação ao mercado", conforme art. 2º da Resolução nº 4.090/2012 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banco tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras, procurando garantir:

- O pagamento de obrigações e compromissos assumidos com clientes, fornecedores e acionistas;
• A capacidade de financiar o crescimento dos ativos de maneira sustentável, sem comprometer o pagamento dos compromissos assumidos;
• A sustentabilidade do Banco nos mais diversos cenários, sempre testando tal sustentabilidade em ambientes mais severos.

Os papéis e as responsabilidades da estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez no Banco estão distribuídos entre diferentes níveis hierárquicos: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê e Gerência de Riscos.

c) Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido, de acordo com a Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional - CMN, "como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Tal definição abrange todas as posições de risco classificadas como aquelas que sofrem interferência da variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities)".

O gerenciamento de Risco de Mercado no Banco consiste na análise detalhada do perfil da carteira e dos fatores de risco a que está sujeita, avaliando os níveis de exposição e sua conformidade com as definições internas, visando o enquadramento e acompanhamento das posições em risco.

Este processo envolve várias áreas, que possuem atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente na mensuração e controle do risco de mercado, definindo parâmetros, diretrizes e limites operacionais de exposição ao risco de mercado detido pelo Banco em patamares que propiciem:

- A proteção dos ativos e passivos contra a volatilidade das taxas e preços de mercado, incluindo a preservação do capital do Banco;
• O atendimento às necessidades cumulativas de geração de valor para acionistas, clientes e contrapartes;

d) Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como sendo "a possibilidade de ocorrência

de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos", conforme dizes da Resolução nº 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Table showing DLO - Demonstrativo de Limites Operacionais Índice de Basileia - Referência 30.06.2015. Includes columns for Descrição, 30.06.2015, and 30.06.2014.

O gerenciamento do risco operacional no Banco é composto por políticas, normas e procedimentos que asseguram um controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Banco está segmentado sob dois enfoques, o qualitativo e o quantitativo.

Qualitativa
A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas do Banco.

Quantitativa
A abordagem quantitativa é composta pelo acompanhamento contábil das perdas originadas pelas incidentes de Risco Operacional. A área identifica a origem de sua ocorrência e as associa com as linhas contábeis específicas do COSIF. Esta dinâmica permite a realização periódica de consistências quanto à perda estimada em relação à perda realizada e aos incidentes registrados.

e) Gerenciamento de Capital e Limites Operacionais
De acordo com a Resolução nº 3.988/11 do Conselho Monetário Nacional - CMN, define-se o gerenciamento de capital como processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando o objetivos estratégicos da Instituição.

Com o intuito de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

- Assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o capital;
• Implantar e manter processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes;
• Manter adequado o capital regulatório em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador "Acordo de Basileia";
• Garantir que os processos de gerenciamento de capital cumpram a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão;

O cálculo do capital regulatório do Banco para a cobertura de risco baseada na Resolução 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional - CMN. O quadro abaixo demonstra a apuração do índice de Basileia III:

Table showing 18 Receitas e despesas operacionais for 30.06.2015 and 30.06.2014.

18 Receitas e despesas operacionais
A composição das receitas e despesas operacionais no semestre pode ser demonstrada na seguinte forma:

Table showing Receitas (despesas) operacionais for 30.06.2015 and 30.06.2014.

Despesas tributárias:	(3.296)	(2.649)
Tributos federais	(3.084)	(2.466)
PIS	(429)	(345)
COFINS (a)	(2.631)	(2.120)
IOF bancado	(24)	(1)
Tributos estaduais	(13)	(1)
Tributos municipais	(199)	(182)
ISS	(190)	(179)
Outros tributos municipais	(9)	(3)
<b>Resultado de participações em coligadas e controladas</b>	<b>(12)</b>	<b>-</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>13.489</b>	<b>8.907</b>
Recuperação de encargos e despesas	189	155
<b>Reversão de provisões operacionais</b>	<b>1.797</b>	<b>2.111</b>
Prov. para opers. de cred. cedidos c/ coobrigação	340	957
Outras provisões	328	670
Provisões para passivos contingentes	1.129	484
Outras rendas operacionais	11.503	6.641
Comissão de permanência no recebimento de créditos	8.288	4.494
Multas no recebimento de créditos em atraso	2.779	1.691
Receita de repasse	-	1
Variações monetárias ativas	427	289
Rendas de acordos operacionais	-	159
Outras rendas operacionais	9	7
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(3.620)</b>	<b>(2.801)</b>
Descontos concedidos no recebimento de créditos	(794)	(571)
Provisão para contingências - Ações cíveis	(274)	(834)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(154)	(111)
Provisão para riscos fiscais	(1.308)	-
Prov. carteira adquirida de recebíveis de cartões	-	(237)
Perdas com fraudes - CDC/Cred. Consignado	(5)	(36)
Despesas com repasses	(4)	(317)
Varição monetária passiva	(504)	(396)
Dep. Atualiz. impostos e contribuições	(353)	-
Outras despesas operacionais	(224)	(299)
<b>Total outras despesas operacionais</b>	<b>(24.446)</b>	<b>(20.900)</b>

**19 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**  
A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados do semestre pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

Descrição	30.06.2015		30.06.2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	(2.118)	(2.118)	3.737	3.737
Participações dos empregados	(70)	(70)	-	-
Adições (exclusões) permanentes	406	422	147	147
Diferenças temporárias ativas diferidas (a)	7.527	7.527	2.245	2.245
Diferenças temporárias passivas diferidas (b)	805	805	(11)	(11)
Resultado líquido ajustado	6.550	6.566	6.118	6.118
(-) Prejuízo fiscal/base negativa (d)	(1.965)	(1.970)	(1.835)	(1.835)
Base de cálculo tributável (c)	4.585	4.596	4.283	4.283
Alíquota-base	(688)	(689)	(642)	(641)
Alíquota adicional	(446)	-	(416)	-
Incentivo fiscais	10	-	2	-
Diferença - Prov. do exercício anterior	395	101	-	-
Totais - Valores correntes	(728)	(589)	(1.057)	(641)
Base de cálculo tributável (b)	805	805	(11)	(11)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	(49)	(52)	-	-
Passivo fiscal diferido	(189)	(113)	3	2
	(917)	(702)	(1.053)	(640)
Base de cálculo tributável (a)	7.527	7.527	2.245	2.245
(+/-) Ajuste à base de cálculo	(2.167)	(2.167)	-	(345)
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>1.340</b>	<b>804</b>	<b>561</b>	<b>285</b>
Base de cálculo tributável (d)	(1.965)	(1.970)	(1.835)	(1.835)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	649	657	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa	(329)	(196)	(459)	(275)
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>1.010</b>	<b>608</b>	<b>102</b>	<b>10</b>
<b>Totais - Geral</b>	<b>93</b>	<b>(94)</b>	<b>(952)</b>	<b>(629)</b>

As despesas realizadas com partes relacionadas nos períodos referem-se a:

- (i) R\$14.854 mil (R\$11.481 mil em 2014) proveniente de serviços de intermediação que originaram de operações de CDC e Empreendimento Pessoal, com produção total de R\$33.952 mil no semestre e saldo de carteira que equivale a 65% do total da carteira descrita na nota explicativa 8a, provenientes de um único correspondente;
- (ii) R\$262 mil (R\$254 mil em 2014) proveniente de despesas com alugueis e condomínio do semestre;
- (iii) Despesa total de R\$366 mil (R\$595 mil em 2014) proveniente de serviços de cobrança e apoio administrativo prestados do semestre; e
- (iv) R\$2.020 mil (R\$1.340 mil em 2014) provenientes de despesas com remuneração de depósitos a prazo mantidos por demais pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Seculus no semestre.

As captações e transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazos têm taxa máxima de 110% do CDI e prazo máximo de vencimento em 05 de maio de 2020.

**b. Remuneração da Administração:**  
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2 (i), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921/10, o Banco passou a estabelecer anualmente, através de Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos Administradores, que é acordada entre a Administração e a Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

	30.06.2015	30.06.2014
Remuneração fixa	28	41
Contribuição - INSS	6	09

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

**21 Outras informações Ouidivoria**

Estreitamento do relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouidivoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução nº 3.849, de 25 de março de 2010, do Conselho Monetário Nacional. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

**22 Eventos subsequentes**

Em 18 de agosto de 2015, através de deliberação de Assembleia Geral de Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social com os créditos dos juros sobre capital próprio realizados em 31 de dezembro de 2014, totalizando R\$2.890 milhões, mediante a emissão de 1.445.000 ações ON e 1.445.000 ações PN, cujo processo foi homologado em 24/11/2015 pelo Banco Central do Brasil.  
Em 19 de agosto de 2015 a família Azevedo, controladora do Banco, adquiriu dos acionistas preferencialistas, todas as ações PN, passando a ser detentora de 100% do capital social da Instituição.  
Em 06 de outubro de 2015, a Medida Provisória 675 foi convertida na Lei nº 13.169, alterando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das instituições financeiras de 15% para 20%, a partir de 1º de setembro de 2015.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e aos acionistas do Banco Semear S.A. Belo Horizonte - MG  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Semear S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**  
A administração do Banco é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras do Banco em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Ênfases**  
**Créditos tributários diferidos**  
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, a Administração do Banco reconheceu créditos tributários diferidos, calculados em razão de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, cujos saldos em 30 de junho de 2015, registrados nos ativos circulante e não circulante, totalizam R\$77.982 mil (R\$76.434 mil em 2014). O registro, a manutenção e a realização do referido crédito tributário estão condicionados à existência de resultados tributáveis futuros e à aderência de condições definidas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.355/06. Nesse contexto, a realização dos respectivos créditos tributários está condicionada ao sucesso das ações que estão sendo adotadas pela administração, bem como da concretização das premissas estabelecidas no planejamento estratégico. Com base na avaliação da Administração, não foi consignada nas demonstrações financeiras nenhuma provisão em face da administração entender que haverá êxito nas ações que vem sendo adotadas. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.

**Transações com partes relacionadas**  
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, tendo em vista que o Banco concentra parte substancial de suas operações de compra de carteira de operações de crédito em um único correspondente, perfazendo um percentual de 65% do total de suas operações, bem como o montante de R\$14.854 mil a título de despesas com intermediação financeira. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.  
Belo Horizonte, 06 de janeiro de 2016.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-MG  
Anderson Luiz de Menezes  
Contador CRC MG-070240/O-3



**20 Transações com partes relacionadas a. Sumário das transações**

Entidade com influência significativa sobre o Banco	30.06.2015				30.06.2014			
	Depósitos à vista	Depósitos à prazo	Letras de créditos Imobiliários	Receitas (despesas) do período	Depósitos à vista	Depósitos à prazo	Receitas (despesas) do período	
Pessoal chave da administração	-	2	-	(11)	98	19	(217)	
Outras partes relacionadas	14	1.020	-	(75)	45	3.421	(415)	
<b>Total</b>	<b>828</b>	<b>26.218</b>	<b>229</b>	<b>(17.416)</b>	<b>1.510</b>	<b>21.905</b>	<b>(12.809)</b>	
Circulante	3.883	180.768	-	6.961	3.375	90.619	-	
Não circulante	-	251.539	-	16.936	-	176.333	-	
<b>Total</b>	<b>3.883</b>	<b>432.307</b>	<b>23.897</b>	<b>-</b>	<b>3.375</b>	<b>266.952</b>	<b>-</b>	

**Conselho de Administração**

Presidente - Artur Geraldo de Azevedo

Vice-presidente - Henrique Fernando Lucas

Conselheiro - Aguinaldo Lima Azevedo Sobrinho

Conselheiro - Jairo Siqueira de Azevedo

Conselheiro - Maria José Siqueira de Azevedo Filho

Conselheiro - Ricardo Ozanan Silveira de Azevedo

**Diretoria**

Presidente  
Artur Geraldo de Azevedo

Vice-presidente  
Henrique Fernando Lucas

**Responsável técnico**

Maria Aparecida F. de Souza Costa - Contadora - CRC-MG: 48852/O-2